



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO**  
*GABINETE DO PREFEITO*

**PROCESSO Nº. 000211/2023**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO AGENCIAMENTO DE VIAGEM, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA COM SAÍDA NO DIA 12/02 DE NATA/RN COM DESTINO A BRASÍLIA/DF E RETORNO NO DIA 16/02 SAINDO DE BRASÍLIA/DF COM DESTINO A NATAL/RN.**

**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO AGENCIAMENTO DE VIAGEM, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA COM SAÍDA NO DIA 12/02 DE NATA/RN COM DESTINO A BRASÍLIA/DF E RETORNO NO DIA 16/02 SAINDO DE BRASÍLIA/DF COM DESTINO A NATAL/RN. FUNDAMENTO LEGAL - ART. 24, II DA LEI Nº. 8666/93. DISPENSA DE LICITAÇÃO. PARECER JURÍDICO PELA VIABILIDADE LEGAL DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.**

**I - DO RELATÓRIO**

Cuida-se, no caso, de procedimento administrativo para abertura de procedimento licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação, visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO AGENCIAMENTO DE VIAGEM, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA COM SAÍDA NO DIA

12/02 DE NATA/RN COM DESTINO A BRASÍLIA/DF E RETORNO NO DIA 16/02 SAINDO DE BRASÍLIA/DF COM DESTINO A NATAL/RN.

Arguida acerca da existência de dotação orçamentária para fazer frente à despesa, a Secretaria Municipal de Finanças informou existir dotação orçamentária para custeá-la.

Atendendo ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, encontra-se nos autos declaração do Prefeito Municipal, informando que a aludida despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipais.

Cumpra a esta Procuradoria, neste momento, apenas atestar a higidez do procedimento administrativo.

É o relatório.

## **II - DA FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, impende salientar que a licitação é um procedimento obrigatório a ser adotado pela Administração Pública direta e indireta quando pretenda contratar bens e serviços, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

A Lei nº. 8.666/93 que regulamentou o dispositivo invocado dispõe sobre as hipóteses de dispensa, inexigibilidade, modalidades e procedimentos licitatórios.

No caso da Dispensa de Licitação, prevê que na hipótese de contratação, por dispensa de licitação, para outros serviços ou compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez, conforme disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

No caso sob análise, verifica-se a premente necessidade da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO AGENCIAMENTO DE VIAGEM, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA COM SAÍDA NO DIA 12/02 DE NATA/RN COM DESTINO A BRASÍLIA/DF E RETORNO NO DIA 16/02 SAINDO DE BRASÍLIA/DF COM DESTINO A NATAL/RN

Sendo assim, com relação à minuta do termo de dispensa de licitação, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários e elencados pela Lei nº. 8.666/93.

Tendo sido observadas as exigências legais para o fim a que se destina o procedimento escolhido, nada impede o seu prosseguimento e finalização.

## **III - DA CONCLUSÃO**

Assim, diante de todo o exposto e, à luz dos dispositivos legais aplicáveis à espécie, por estar o certame em questão adequado às exigências de nosso ordenamento jurídico, opina esta Procuradoria do Município pela viabilidade legal da realização do procedimento licitatório e, posteriormente, à realização da presente despesa, bem como da aprovação da minuta do Termo de Dispensa de Licitação.

É o parecer.

Ao Gabinete do Prefeito, para conhecimento.

Espírito Santo/RN, 10 de fevereiro de 2023.

*Priscila Mabel Araújo Bráz*

OAB/RN 7778 - Procuradora